

Trabalho apresentado no 20º CBCENF

Título: CARACTERIZAÇÃO DA SEXUALIDADE DE MULHERES COM LIBERDADE CERCEADA EM TERESINA - PI
Relatoria: LÍVIA MARIA MELLO VIANA
Elizama dos Santos Costa
Mariane Rodrigues Carvalho Rocha
Autores: Ivanilda Sepúlveda Gomes
Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha
Iel Marciano de Morais Filho
Modalidade: Comunicação coordenada
Área: Políticas Sociais, Educação e Gestão
Tipo: Monografia
Resumo:

A saúde é um direito humano e é fundamental que seja incluída na realidade prisional de pessoas detidas sob custódia do estado. A mulher trancada em cárcere privado possui maior risco no processo de adoecimento, pois tende a sofrer com mais intensidade a situação prisional. Tem-se como objetivo caracterizar a sexualidade de mulheres com liberdade cerceada em Teresina - PI. Estudo de natureza exploratória, descritiva de corte transversal com abordagem quantitativa, com amostra de 58 mulheres; método de coleta entrevista semi-estruturada. Os dados foram coletados em outubro de 2015. A faixa etária predominante foi de mulheres com 26 a 35 anos de idade (43%); 44,8% estavam solteiras; 44,8% tem ensino fundamental incompleto, porém 3,4% possui ensino superior completo; onde 84,5% não se encontravam com adequação idade-série; em relação a renda 44,8% eram do lar; com renda 41,4% tinha entre 1 e 2 salários mínimos e 50,0% não dependiam financeiramente de ninguém. De acordo com o conhecimento sobre o tempo a cumprir em regime fechado 70,7% não sabe quanto tempo ficará restrita de liberdade. Quanto ao tempo de pena cumprida 20,7% já tinha cumprido 02 anos. Em relação ao nível de risco quanto a sua situação atual de restrição de liberdade em contrair uma doença sexualmente transmissível, 53,4% das pessoas informaram que seu risco de contrair essas doenças são muito baixos. Conclui-se que as presidiárias são adultas jovens, solteiras; possuem um nível de escolaridade baixo; são mães; trabalhavam antes da prisão; estão na primeira prisão; estão sendo acusadas (provisórias) ou respondendo (condenadas) pelo crime de trafico de drogas e possuem um baixo nível de conhecimento para proteção e prevenção da saúde sexual. Aliado a esse perfil desfavorável, o sistema prisional pode funcionar como um centralizador de condições de alto risco para a aquisição e transmissão de infecções, o que contribui para a alta prevalência de HIV, hepatite e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) entre pessoas detentas. Também faz-se mister ações que promovam a saúde sexual e reprodutiva de mulheres presidiárias não devem se restringir a consultas ginecológicas e distribuição de preservativos. Os espaços institucionais como a escola, os locais de trabalho, a área recreativa, bem como as próprias celas, deveriam ser mais aproveitados pelos enfermeiros para o desenvolvimento de grupos educativos respaldados na construção do conhecimento de forma participativa, dialógica e processual.